Dr. James S. Spiegel, Ética Cristã, Sessão 15, Pena de Morte

© 2024 Jim Spiegel e Ted Hildebrandt

Este é o Dr. James Spiegel em seu ensinamento sobre ética cristã. Esta é a sessão 15 sobre Pena de Morte.

Certo, a próxima questão que vamos discutir é a pena de morte e a Pena de Morte. Começaremos analisando alguns casos legais que são importantes na história da pena de morte nos Estados Unidos e, então, abordaremos a questão moral.

A pena de morte é alguma vez uma forma justificável de punição? Então, em 1972, o caso legal *Furman v. Georgia* decidiu que a pena de morte, como era então administrada, era inconstitucional em um caso de punição cruel e incomum. Naquela época, os modos de pena capital eram eletrocussão, cadeira elétrica, câmara de gás, enforcamento e pelotão de fuzilamento. Isso foi antes da injeção letal.

Curiosamente, foi uma decisão majoritária de 5-4 na Suprema Corte, mas nenhum dos principais argumentos que foram usados ou afirmados por qualquer um desses cinco juízes realmente se sobrepuseram. Então, houve cinco opiniões majoritárias diferentes escritas em defesa dessa decisão, mas todas concordaram que a pena de morte era inconstitucional porque, em qualquer um desses modos de aplicação, era uma punição cruel e incomum. Bem, essa proibição da pena de morte durou apenas quatro anos.

Em 1976, houve outra decisão da Suprema Corte, *Gregg v. Georgia*, onde o tribunal decidiu que a pena de morte não é necessariamente inconstitucional por uma série de razões. Uma, ela pode estar de acordo com os padrões de decência, pode servir como um impedimento e não é aplicada arbitrariamente. Então, é apenas aquele breve hiato na história da lei americana com relação à permissão ou concessão da pena de morte.

Embora, desde então, você sabe, tenha havido e há muitos estados em nosso país onde a pena de morte não é aplicada, mas é deixada para os estados. Em *McCluskey v. Kemp* em 1987, o tribunal decidiu que a pena de morte não é inconstitucional, apesar do fato de que assassinos de brancos têm muito mais probabilidade de serem executados do que assassinos de negros. Este é um argumento, como veremos, que é frequentemente feito em favor da eliminação da pena de morte.

Aqui estão algumas estatísticas com relação às execuções nos EUA desde *Gregg v. Georgia* de 1976 até 2019. Dos executados, 56% eram brancos, 34% eram negros e 9% hispânicos. As vítimas desses crimes, 76% eram brancas, 15% negras e 7% hispânicas.

Entre os executados, apenas 16 eram mulheres. É útil começar nossa discussão aqui sobre pena de morte enquadrando isso dentro de um entendimento geral do que é punição em geral. Os filósofos Olin e Berry deram o que eu chamaria de melhor definição de punição, a definição geral de punição que já vi.

Eles definem punição geralmente como dor ou dano infligido por uma autoridade legítima a uma pessoa que foi julgada culpada de violar uma lei ou regra. Então, se essa é uma boa definição geral de punição, então ela precisa ser aplicada em todos os contextos onde falamos sobre punição, seja punindo alguém por algum tipo de crime ou contravenção ou algo como violar uma lei de trânsito ou violar uma regra dentro de uma instituição ou punição dentro de um contexto de uma família. Então, usamos a palavra punição, e aplicamos punição em todos esses diferentes contextos e todos esses diferentes níveis da sociedade.

Esse entendimento de punição é aplicável em todos esses casos? Acho que sim. É dor ou dano infligido por uma autoridade legítima a uma pessoa que foi julgada culpada de violar uma lei ou regra. Em seguida, podemos perguntar qual é a melhor ou mais apropriada teoria geral de punição em termos de seu propósito. Novamente, isso pode se aplicar à punição em todos os níveis também, assim como todas essas teorias de punição.

O dissuasor diz que a punição é dada para dissuadir o comportamento ilícito tanto pelo comportamento do infrator em particular em um dado caso, alguém que está sendo punido, quanto por outros que podem ser tentados a cometer o mesmo tipo de crime ou ação ilícita. Então o dissuasor diz que a punição é sobre dissuadir ou desencorajar o mau comportamento. O reformativista ou o reabilitador diz que a punição tem a intenção de reabilitar o infrator para torná-lo um membro produtivo e cumpridor da lei da sociedade.

E, finalmente, há o retributivismo, que é a visão de que a punição é dada porque o ofensor a merece principalmente. É uma resposta justa e imparcial que respeita a autonomia do ofensor, bem como o valor da vítima. Então, essas são três orientações gerais sobre punição, e não acho que você tenha que afirmar uma em detrimento das outras.

Normalmente, os pensadores sobre essa questão tenderão a enfatizar um acima dos outros, mas pode-se ser um retribucionista, por exemplo, e sustentar que o principal propósito da punição é dar à punição o que ela merece. A punição é uma resposta justa e imparcial ao crime, que também tem um efeito dissuasor como um tipo de efeito colateral positivo ou função secundária, e que também pode servir para reformar o infrator ou criminoso. Tradições morais, teorias morais e suas abordagens gerais à pena capital, apenas para destacar algumas delas.

O utilitarista justificará ou condenará a pena de morte ou a punição per se ou geralmente com base nos benefícios ou danos que isso pode trazer à sociedade. O utilitarista favorecerá, portanto, considerações de dissuasão, bem como reabilitação quando se trata de punição. Quando se trata de pena de morte, a reabilitação certamente está fora de questão, mas a dissuasão pode figurar proeminentemente no apoio do utilitarista à pena de morte, se ele a apoiar.

Na ética kantiana, a pena de morte tende a ser justificada com base na autonomia pessoal, a ideia de que a pena de morte realmente respeita a vontade do infrator. Muitos kantianos argumentarão dessa forma, o que também está de acordo com a maneira como o filósofo Hegel defendeu a pena de morte, que basicamente, você tem alguém que escolheu tirar a vida de outra pessoa e, ao fazer isso, também está escolhendo morrer. Eles estão basicamente proclamando às autoridades legais, tirem minha vida.

Eu matei essa pessoa. Mate-me também. É isso que a pessoa está escolhendo ao matar. Então, isso seria mais uma abordagem kantiana, que favoreceria a pena de morte.

Quando se trata de lei natural e teologia moral, nessa tradição, haverá uma justificação ou uma condenação da pena de morte com base em considerações da santidade da vida, especialmente. E há desacordo dentro dessa tradição, dentro da tradição judaico-cristã, sobre se a pena de morte hoje, a pena de morte hoje em nossa sociedade, deve ser usada. Então, vamos olhar para os argumentos pró e contra, e eu configurei isso de tal forma que um grande defensor da pena de morte e um grande crítico da pena de morte estão essencialmente debatendo com seus argumentos, embora os artigos dos quais eu tirei seus argumentos não se envolvam realmente.

Eu configurei de tal forma que parece um diálogo porque eles lidam com todos os mesmos argumentos. Um grande crítico da pena de morte é Hugo Badal, que destaca o problema da distribuição desigual que muitos outros destacaram. A injustiça no fato de que assassinos de pessoas brancas têm mais probabilidade de receber a pena de morte do que assassinos de minorias.

E parece ser estatisticamente significativo. Então, isso não deveria nos afastar da pena de morte porque ela é aplicada de forma tão desigual? Se vamos ter uma situação injusta em termos de aplicação ao aplicar a pena de morte, então não deveríamos tê-la de forma alguma. Um grande proponente da pena de morte é Ernest Van Dam Haag.

Sua resposta a esse argumento é que a aplicação desigual da pena de morte não significa que a pena capital em si seja injusta. Ela apenas mostra que precisamos aplicar isso com mais cuidado, com maior atenção a como assassinos de brancos

podem ser tratados em oposição a assassinos de minorias. Outro argumento que Badal faz apela a esse problema de erros judiciais porque algumas pessoas inocentes são condenadas à morte.

E sabemos disso porque houve muitas, muitas pessoas que estiveram no corredor da morte e que depois foram exoneradas. Se não fosse pelos anos e anos e anos de apelações intervenientes, que adiaram sua execução final, elas teriam sido condenadas à morte antes que sua inocência fosse descoberta. Então, sem dúvida, houve muitas pessoas que eram inocentes, condenadas injustamente, que foram condenadas à morte.

E essa é uma tragédia que precisa ser evitada em qualquer caso. Então ele diz que precisamos acabar com a pena de morte porque se você fizer as contas com base em todos os casos de exoneração e descoberta de condenação injusta, a melhor estimativa é que cerca de quatro vezes por ano, uma pessoa inocente é condenada por assassinato. E, novamente, em muitos casos, ou pelo menos em alguns casos, podemos estar confiantes de que eles acabam no corredor da morte e, finalmente, sendo condenados à morte.

A resposta de Van Den Haag a isso é que há muitas atividades humanas em que pessoas inocentes morrem, mas não paramos essas atividades por causa disso. Nós apenas entendemos que isso é apenas uma consequência infeliz de, digamos, transporte de alta velocidade. Há milhares, vários milhares de mortes todos os anos nas estradas e rodovias americanas.

Mas ainda não ouvi ninguém argumentar que não deveríamos dirigir carros ou que deveríamos, até mesmo que deveríamos diminuir significativamente o limite de velocidade nas rodovias. Nunca ouvi esse argumento. Ou pessoas que trabalham em canteiros de obras.

Há pessoas que trabalham em situações de arranha-céus ou em situações perigosas com construção que morrem centenas ou milhares de ferimentos graves todos os anos. E muitas pessoas morrem todos os anos nesses contextos, mas não proibimos isso. Não dizemos, bem, não vamos ter prédios altos.

Isso salvaria muitas vidas. Mas dizemos, bem, isso meio que faz parte do território. Quer dizer, parece cruel, mas queremos nossos prédios altos.

Queremos maximizar o espaço imobiliário, e queremos poder dirigir rápido e tudo mais. Então, sim, todo ano, três, quatro, cinco mil pessoas vão morrer em acidentes de carro. É uma pena.

Novamente, pode parecer meio cruel, mas é meio que a troca que fizemos em prol da liberdade e da conveniência. Então, nesse contexto, ok, suponha que algumas

pessoas sejam mortas. Pessoas inocentes morrem de ano para ano por causa de condenações injustas.

Então você tem outros que estão na prisão que não necessariamente pagam a pena de morte, mas sabemos que há muitas pessoas inocentes na prisão. Mas o que você vai fazer? Parar de prender pessoas? Acabar com o sistema de justiça criminal? Você diz, bem, como com construção e transporte, é lamentável, mas, você sabe, isso é apenas uma triste consequência de todos esses diferentes aspectos de uma sociedade civil. Então esse é um argumento interessante em resposta.

Outro argumento que Bidau faz é um que apela à ideia de que a pena de morte, a pena capital, não é tão dissuasiva quanto pode parecer. Muitas pessoas argumentam que com a pena de morte em vigor, as pessoas terão menos probabilidade de cometer crimes capitais. Mas onde está a evidência estatística conclusiva de que a pena capital é uma dissuasão melhor do que a prisão perpétua? Então, não é a pena de morte versus nenhuma pena.

Claramente, é um impedimento melhor do que nenhuma penalidade para crimes graves. A questão é se a pena de morte é um impedimento melhor do que, digamos, prisão perpétua sem liberdade condicional. E isso não foi demonstrado.

A resposta de Van Den Haag apela a fatos básicos sobre a psicologia humana. Ele diz que a experiência mostra que quanto maior a ameaça e a penalidade, mais ela dissuade. Mas ele insistiria no ponto de que, você sabe, isso é realmente, responder assim é meio que lidar com o dissuasor em seus próprios termos, o que não precisamos fazer.

Não precisamos mostrar que a pena de morte é um impedimento maior do que a prisão perpétua porque o principal argumento a favor da pena de morte não é a dissuasão ou qualquer outra boa consequência. É sobre justiça. Uma pessoa que tira a vida de outra pessoa deve pagar com sua própria vida. A punição deve ser igual ao crime. Então essa é a resposta de Van Den Haag a esse argumento.

Finalmente, Bedau faz um argumento baseado nessa preocupação utilitária de custo.

Aplicar a pena de morte é um enorme fardo financeiro, pelo menos em nossa sociedade, onde temos o devido processo legal. E você tem apelação após apelação após apelação, e muitos desses casos chegaram até a Suprema Corte. Mas mesmo alguém disso, o processo de apelação, com cada apelação levando, digamos, um ano ou mais para ser processada, essas apelações podem durar uma década ou mais.

Na verdade, é rotina para pessoas no corredor da morte levar dez ou mais anos antes de serem finalmente executadas. E isso é um enorme fardo financeiro para o sistema de justiça criminal. Então por que não salvar a sociedade, nosso governo e muito

dinheiro e simplesmente fazer da prisão perpétua sem liberdade condicional a punição máxima? Então nos livramos desse enorme fardo financeiro e, ao mesmo tempo, eliminamos a preocupação com pessoas inocentes sendo mortas.

Van Den Haag responde a isso dizendo que, novamente, precisamos ter em vista a alternativa e o custo de manter alguém na prisão por 20, 30, 40, 50 anos e alimentá-lo e alojá-lo em uma prisão. Isso não é barato, enquanto que pelo menos quando uma pessoa é executada, todos esses custos são economizados. Então, quem sabe, pode acabar sendo uma lavagem ou bastante comparável em termos de custos gerais entre prisão perpétua e pena de morte.

Então, há uma série de argumentos filosóficos, argumentos filosóficos muito comuns, e prós e contras em relação à pena de morte. Agora, vamos nos voltar para alguns argumentos bíblicos a favor e contra. Em favor da pena de morte, o argumento é que o Antigo Testamento prescreve a pena de morte, como em Gênesis 9, 6, onde Deus diz: Quem derramar sangue humano por homens, seu sangue será derramado, pois à imagem de Deus Deus fez a humanidade.

Então, a ideia é que é porque as pessoas são feitas à imagem de Deus que a pena de morte é apropriada. Uma resposta a isso, no entanto, é que esse é um uso inconsistente da lei do Antigo Testamento, já que há uma série de outros crimes que justificavam a pena de morte no Antigo Testamento também, como estupro, sequestro, incesto e muitas outras formas de comportamento às quais hoje nem sequer consideraríamos aplicar a pena de morte. Então, por que estamos aplicando seletivamente a pena de morte ao assassinato quando não estamos a todas essas outras coisas se queremos ser tão bíblicos sobre isso? Além disso, não vivemos em uma teocracia hoje como o antigo Israel viveu.

Outro argumento a favor da pena de morte apela a uma importante passagem do Novo Testamento, especificamente em Romanos 13, onde o apóstolo Paulo cita com aprovação um instrumento de morte, a espada. Aqui está uma parte dessa passagem, versículos 4 e 5 em Romanos 13, onde Paulo diz que aquele que tem autoridade é servo de Deus para o seu bem, mas se você fizer algo errado, tenha medo, pois os governantes não portam a espada sem motivo. Eles são servos de Deus, agentes da ira, para trazer punição ao malfeitor.

Portanto, é necessário se submeter às autoridades, não apenas por causa de uma possível punição, mas também por uma questão de consciência. Então, ele cita especificamente a espada neste contexto. O que é a espada? Você não bate nas pessoas com a espada.

Você não chicoteia os pulsos deles. Você mata com a espada. É um instrumento de morte.

Muitos considerarão esta passagem em particular como um endosso implícito à pena de morte. Em resposta, muitos argumentam que, corretamente, o contexto deste versículo não são crimes capitais, mas sim impostos e obediência a governantes. Ele está usando isso como uma ilustração do porquê precisamos nos submeter às autoridades governamentais.

Paulo não está interessado aqui, ou talvez nem esteja interessado, no debate sobre a pena de morte. Então, essa é uma resposta padrão para esse argumento. Em termos de argumentos contra a pena de morte de um ponto de vista bíblico, uma linha de raciocínio apela à ênfase bíblica na misericórdia, que vemos em vários lugares nas escrituras.

Jesus diz, bem-aventurados os misericordiosos, porque eles alcançarão misericórdia em Mateus 5. E em João 8, nesta história fascinante sobre Jesus e esta mulher que foi pega em ato de adultério, Jesus parece se recusar a aplicar a lei do Antigo Testamento ao caso dela. Você se lembra que esta mulher é levada diante de Jesus, que foi pega em ato de adultério. Os fariseus estão dizendo, o que você diz, mestre? A lei diz para matá-la.

Qual é seu julgamento? Ele está escrevendo na terra. Ele não responde de início. Eles repetem a pergunta.

Finalmente, ele se levanta e se dirige a eles. Por fim, ele faz a declaração de que aquele dentre vocês que não tem pecado, que atire a primeira pedra. E um por um, do mais velho ao mais novo, eles largaram suas pedras e foram embora.

É uma história poderosa ali, claramente um ato de misericórdia. E então ele fala com a mulher. Ele diz, para onde foram seus condenadores? Não sobrou ninguém para condená-la.

E então ele diz, nem eu te condeno. Agora vá e deixe sua vida de pecado. Ele não a livra completamente do gancho.

É uma acusação muito forte para se arrepender. E você sabe que isso deve ter tido um efeito profundo nela. Ele mostrou misericórdia a ela, mas ele disse a ela que você precisa se arrepender e deixar sua vida de pecado.

História poderosa. Mas notavelmente, ele não instrui ou aprova esses líderes religiosos de apedrejá-la, mesmo que eles quisessem. Então o que dizemos em resposta a isso? Muitos responderão observando que isso não impede a pena de morte.

Não mostra que Jesus era contra a pena de morte. Neste caso, argumentar ou sugerir que Jesus não cumpriu a lei do Antigo Testamento é simplesmente um erro.

Porque se eles fossem aplicar a lei do Antigo Testamento naquele caso, o parceiro da mulher no crime moral tinha que estar presente aqui.

Onde ele está? Como Bob Dylan disse uma vez, você não pode fazer amor sozinha. Ela tinha que ter um parceiro nesse crime moral. O fato de ele não estar lá com ela, para ser julgado por ela, mostrava que eles já estavam se desviando do padrão do Antigo Testamento.

Então, deixá-la ir não foi apenas uma clara violação ou ab-rogação da lei do Antigo Testamento. Então essa é uma discussão interessante. Isso é complicado pelo fato de que essa passagem em João 8 não está nos manuscritos bíblicos mais confiáveis.

E então, eu sei que há pastores que nem mesmo pregam sobre essa passagem por esse motivo. Certamente se encaixa com o que sabemos sobre Jesus, o retrato que temos dele nos materiais do evangelho. É exatamente o tipo de coisa que ele faria.

Mas o fato de que os manuscritos mais confiáveis não o contêm dá a certos estudiosos e pastores um pouco de pausa. Há um pouco de pausa quanto ao quanto confiar nisso, particularmente quando aplicado a uma questão como esta. Seguindo em frente, outro argumento anti-pena de morte nas escrituras apela à ideia de que os padrões Mosaicos proibiriam a aplicação atual da pena de morte, pelo menos em muitos casos.

Como a lei do Antigo Testamento foi estipulada, ou como ela abordou essa questão da pena de morte, duas ou mais testemunhas eram necessárias, e testemunhas oculares tinham que ajudar a executar. Eu deveria ser o primeiro a atirar as pedras, a iniciar o apedrejamento da pessoa até a morte. E em nossas atuais aplicações contemporâneas da pena de morte neste país, isso não é necessário.

Você não precisa ter duas ou mais testemunhas oculares. Em alguns casos, você precisa, como no caso de James Holmes. Ele é o assassino do filme Batman que assassinou uma dúzia de pessoas em um cinema há vários anos.

Muitas pessoas viram isso. Então, se ele fosse sentenciado à morte, esse requisito em particular seria cumprido. Mas havia muitos casos e muitas pessoas sentadas no corredor da morte ao redor do país onde ninguém as viu fazer isso.

É apenas evidência esmagadora de outros tipos. E certamente não exigimos que testemunhas oculares ajudem a puxar alavancas ou apertar botões para iniciar injeção letal ou algo assim. O gênio, o gênio prático dessa exigência do Antigo Testamento sobre testemunhas oculares ajudando a executar é que se elas estiverem mentindo, então nesse processo, elas se tornam culpadas, não apenas indiretamente, mas diretamente, de assassinar, matar uma pessoa inocente.

Sem mencionar o fato de que seria mais difícil manter sua história falsa, sabendo que você realmente terá que ter uma mão em matar essa pessoa, em resposta a esse argumento, o ponto é frequentemente levantado que essas são questões processuais que não têm a ver com a justiça da pena de morte em si. O princípio da vida por uma vida, *lex talionis*, é algo que transcende tempos e culturas.

Havia certos requisitos processuais no Antigo Testamento com relação à exigência de duas ou mais testemunhas e testemunhas contribuindo para o processo real de matar a pessoa culpada. Mas isso é apenas procedimento. O principal é que isso é ou pode ser, em muitos casos, uma punição justa para um crime.

Além disso, é frequentemente apontado que a exigência de duas ou mais testemunhas tem a ver com certeza. É uma garantia epistemológica de que se sabe sem nenhuma dúvida que essa pessoa é culpada porque temos essas duas testemunhas. Talvez hoje, com testes genéticos, possamos estabelecer isso com finalidade, com tanta certeza quanto uma testemunha ocular.

Sabemos que testemunhas oculares podem ser enganadas ou confundidas. Talvez o teste genético, em alguns casos, seja ainda mais certo e forneça ainda mais confiança na culpa de um indivíduo em particular. O depoimento de testemunha ocular pode ser usado em alguns casos.

Então, aí está a resposta. Então, aí vamos nós. Essa é uma revisão dos principais argumentos, filosóficos e teológicos, tanto a favor quanto contra a pena de morte.

Este é o Dr. James Spiegel em seu ensinamento sobre ética cristã. Esta é a sessão 15 sobre Pena de Morte.